



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

No primeiro dia do mês de setembro do ano dois mil e catorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Sétima Sessão Ordinária do Segundo Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 28 de agosto último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou o Vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apreciação do plenário a ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, realizada em 25 de agosto último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 90, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 74 e Ofício nº 74, ambos datados de 25.8.14, “dispondo sobre as áreas de uso comum do loteamento “Residencial Vila Toscana”, sua integração à categoria dos bens dominiais e sobre a outorga de concessão administrativa de uso, e dá outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento). 2. Balancete da Receita e Despesa do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos relativo ao mês de Julho de 2014; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 455, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “contratação de perito imobiliário para avaliação do prédio a ser locado pela Câmara Municipal”; nº 457, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “envio de documentação ao Ministério Público sobre denúncia de superfaturamento na compra de árvores de Natal pela ACIMM – Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim”; nºs 458 e 459, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando “informações sobre a retirada de ponto de ônibus da Praça Tiradentes, Bairro Santa Cruz; informações sobre projeto de recapeamento da rua Arley Parra, Parque da Imprensa”; nº 460 e 461, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “informações sobre previsão orçamentária destinada à Secretaria de Sustentabilidade Ambiental, especialmente para o programa ‘Bem-Estar Animal’, instituído pela Lei nº 5550, de 12.5.14; e informações sobre o concurso público para a contratação de Guardas Civis Municipais e Bombeiros e informações sobre vagas em aberto”. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES**: nº 60, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de congratulações e aplausos os Professores de Educação Física pelo seu dia, comemorado em 1º de setembro”; nº 61, da Vereadora Professora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maria Helena Scudeler de Barros, “de pesar pelo falecimento da Senhora Anamaria Brito Franco”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nºs 554, 555 e 556, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “manutenção do passeio público da avenida Pedro Bottesi, nas proximidades da UBS Santa Clara; manutenção no hidrante da Rua do Mirante; substituição da placa de trânsito da rua Antônio Pio Brito, Jardim Guaçu-Mirim”; nºs 557, 558 e 559, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando “melhorias no acesso à Chácara Planalto Bela Vista, conforme abaixo-assinado encabeçado pelo Professor Edson Henrique Rosa e seguido de inúmeras assinaturas; reparos nas galerias de águas pluviais da rua Francisco França Camargo, nº 86, Vila São José; implantação da Curadoria do idoso no Município, instituído pela Lei nº 4159, de 2.6.2006. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 644, datado de 26.8.14, subscrito pelo Prefeito Municipal, “respondendo ao Requerimento nº 407, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador interessado). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para solicitar dez minutos para que o cidadão Maurício Gusmão pudesse fazer o seu pronunciamento. (Posto a votos, o pedido foi aprovado por unanimidade dos Vereadores). O Senhor Presidente deu ciência à Casa de ofício subscrito pela Assessoria do Mogi Mirim Esporte Clube, Senhor Leyriem Marcelo Garcia, “explicando que Rivaldo Vítor Borba Ferreira não poderá atender ao Requerimento nº 456/14, que solicita o comparecimento do atleta à Casa de Leis no dia 1º.9.2014, às 18h30, por razões pessoais e profissionais”. A primeira oradora regularmente inscrita, Vereadora Dayane Amaro Costa, desistiu de falar, assim como o segundo orador, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Em seguida, falou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que saudou os presentes e agradeceu os colegas Vereadores que votaram favoravelmente o pedido de investigação das contas pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ministério Público, relativo ao superfaturamento das árvores de Natal em 2013, gastos efetuados pela Acimm – Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim. Disse nada ter contra as pessoas de Jorge Antônio Barbosa e também do Tina, então Presidente e Vice daquela gestão, mas gostaria de saber das explicações a respeito do assunto em tela. Havia ela requerido a devida prestação de contas dos gastos, e soube que o documento estava retido na Câmara, o que fez com que ela fosse à sede da Acimm para solicitar a segunda via. Após análise, constatou que cada árvore de Natal de Led havia custado a Município a importância de 3.612,00. Após comparações, soube que o valor real é de R\$ 612,00, o que comprovava o superfaturamento por quem vendeu e por quem comprou e instalou. Ainda mais, o comprador e instalador, ao fazer a função de instalar as árvores, fugia ao que estava registrado em sua atividade comercial; também por isso, o fato merecia investigação. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, o qual saudou os presentes e, em nome do torcedor Diego, deu boas-vidas aos torcedores do MMEC - Mogi Mirim Esporte Clube, que hoje estavam nas galerias. Em seguida, citou a propositura do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, relativa ao aumento da cota de Bombeiros, e ressaltou que sempre teve a mesma ideia e que poderia contar com ele, orador. Isso porque os bombeiros estavam apagando incêndio nas Chácaras São Marcelo e outro foco de incêndio foi propagado no Horto Florestal, ameaçando os animais, especialmente os pássaros que lá habitavam. Citou que, à tarde, assistiu ao jogo Vila Dias x Tucureense e constatou que a ventania havia ajudado a propagar os incêndios. Em seguida, citou sobre suas proposituras, em especial aquela que solicitava manutenção no hidrante da Rua do Mirante. Pediu, ainda, a manutenção do passeio público da avenida Pedro Bottesi, nas proximidades da UBS Santa Clara e a substituição da placa de trânsito da rua Antônio Pio Brito, Jardim Guaçu-Mirim, danificada. Em seguida, citou sobre a recuperação de um cidadão do bairro Santa Luzia, que estava aguardando consulta com um neurologista para poder prosseguir com o tratamento e solicitou urgência para esse caso, pois o paciente estava perdendo peso rapidamente, sem falar ou andar, e o caso merecia atenção redobrada e rápida. O neurologista agendado não compareceu à consulta e o problema continuava; restava a ele, orador, buscar agilidade para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

resolvê-lo e isso seria feito imediatamente. Em seguida, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni desistiu de discursar. A seguir, discursou o Vereador Professor Cinoê Duzo, que saudou os profissionais de Educação Física pelo seu dia – 1º de Setembro, que atavam à frente de clubes, de times de futebol, de escola e outras instituições, levando o bem-estar aos cidadãos. Em seguida, citou sobre os problemas da cidade de Mogi Mirim, como sujeira pelas ruas e espaços de lazer sem a visitação, como o Zoológico, que estava pronto, em perfeitas condições, mas continuava fechado à visitação; o Lago Lavapés também estava sujo e com luzes queimadas; o transporte de Mogi Mirim era um dos mais caros do Brasil, custando R\$ 3,10, e não R\$ 1,00 como foi prometido pelo Prefeito, que tinha a cara-de-pau de colocar adesivo nos ônibus “R\$ 1,00” e não andava de ônibus. Criticou ainda os buracos das vias públicas e semáforos que não funcionavam, sem a devida aplicação do dinheiro público. Na área de Saúde, disse que o agendamento estava com três meses de atraso, embora o Secretário de Saúde, Gerson Rossi, tivesse afirmado: “*A Saúde vai bem.*” Em seguida, disse que a Uana da Santa Casa seria fechada, mas iria deixar o Pai funcionando, o que geraria acúmulos nas consultas. “A cidade está parada, vive só de *marketing*. Ao invés de investir, o Prefeito só vive trocando as figurinhas daquelas propagandas e placas horríveis.” – citou o Vereador Professor Cinoê Duzo, e, para finalizar, frisou que não dava para acreditar nessa ‘criança’ que estava brincando de ser Prefeito. Em seguida, a Vereadora Daniela Dalben Mota saudou os presentes e lamentou que o atleta Rivaldo não pudesse comparecer hoje e solicitou ao Presidente da Casa que fosse agendada nova data para que ele viesse à Câmara dar explicações. Em relação ao superfaturamento das festas natalinas, disse estar surpresa, porque trouxe verba de R\$ 40 mil para a Secretaria de Turismo, que não declarou irregularidades, conforme prestação de contas. Também constatou que foram repassados mais de R\$ 200 mil para a ACIMM via projeto votado pela Câmara, e não sabia muito bem onde estava a questão do superfaturamento. Mudando de assunto, comunicou que foi firmado o consórcio para os serviços de equoterapia e hoje a cidade contava com mais esse tipo de serviço, pelo esforço do Secretário de Saúde, Gérson Luiz Rossi Júnior. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. Na sequência, assumiu a tribuna o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luiz Antônio Guarnieri, o qual saudou os presentes e citou que realizou visita o Conselho Municipal do Idoso, visando aos projetos do Instituto “Coronel João Leite” e implantação da Curadoria do Idoso no Município, instituído pelo art. 6º da Lei nº 4159, de 2.6.2006. Em seguida, citou sobre suas proposituras, que solicitaram melhorias no acesso à Chácara Planalto Bela Vista, conforme abaixo-assinado encabeçado pelo Professor Edson Henrique Rosa e seguido de inúmeras assinaturas, rua de terra, que precisava receber melhorias e, quem sabe, a camada asfáltica. Em seguida, disse ter solicitado reparos nas galerias de águas pluviais da rua Francisco França Camargo, nº 86, Vila São José. Prosseguindo, disse concordar com a oradora que o antecedeu, Vereadora Daniela Dalben Mota no tocante a enviar novo convite ao atleta Rivaldo para que viesse à Câmara, e sugeriu que todos os Vereadores fizessem uma ação conjunta para que Rivaldo pensasse um pouco mais antes de dilapidar o patrimônio da cidade. No tocante ao superfaturamento das árvores de Natal, garantiu que a aplicação de recursos pelo então Presidente da ACIMM, Jorge Antônio Barbosa, foi correta e ele findou sua gestão deixando um patrimônio valorável para a entidade, o que traduzia a sua boa administração financeira e administrativa. Sugeriu que fosse feita uma planilha explicando a outra parte dos gastos, ou seja, dos recebimentos, para justificar os gastos. Explicando melhor, citou que, pela evidência do objetivo do feito, que é a incrementação do comércio local em época natalina, seria de bom tom que se explicasse o quanto foi arrecadado para justificar tal aplicação financeira. Os associados da Acimm mereciam o esclarecimento, assim como as autoridades e os munícipes. Ato contínuo, falou o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, que saudou os presentes e citou sobre a necessidade de reativação do ponto de ônibus das linhas 4, 6 e 11, que foi retirado e não foi explicado o motivo. O ponto atende o comércio e os frequentadores da Igreja do bairro Santa Cruz e mereciam uma explicação. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna para saudar os presentes e corrigiu o fato de que os Vereadores receberam um comunicado do Senhor Jorge Antônio Barbosa, o qual frisava sobre a sua prestação de contas e citava em seu ofício que atendeu ao pedido do Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Entretanto, a resposta foi encaminhada à Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira e ele,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

orador, estava em substituição ao Vereador Benedito José do Couto, Presidente licenciado. Então, no dia de hoje o Jorge Barbosa soube que o ele, Vereador João Antônio Pires Gonçalves não havia requerido nada, mas apenas encaminhado, como Presidente interino, o requerimento da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Então, julgava que o Presidente da Acimm devia dar explicações sobre os gastos com a decoração da praça no Natal, o que gerou aumento nas vendas do comércio, porque todos os Vereadores votaram favoravelmente ao envio da verba de R\$ 200 para a Acimm empregar nos enfeites e na decoração da Praça Rui Barbosa. Os Vereadores eram favoráveis à incrementação do comércio local, e reconhecia que os comerciantes eram benevolentes às entidades sociais, abrindo-lhes as portas para ajudar os mais necessitados. Por fim, disse confiar no trabalho do Senhor Jorge Antônio Barbosa à frente da Acimm, pois teve uma vida profissional com crescimento paulatino e sério, desde guarda-mirim até empresário de sucesso. Em seguida, assumiu o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que saudou os presentes e se referiu ao seu pedido para a contratação de um perito imobiliário para apurar os custos do aluguel do prédio para a Câmara, agradecendo os votos dos nobres pares que desejavam um espaço digno para executarem seu trabalho de vereança. Em seguida, citou que os Vereadores se propuseram a assinar ação para rentar reaver o Centro de Treinamento para o patrimônio do clube, o qual foi passado para o nome do atleta Rivaldo Vítor Borba Ferreira, além de 14 apartamentos pertencentes ao MMEC. Para ele, orador, o atleta não compareceria à Casa nem hoje nem nunca, mas se havia outra intenção do atleta, ele iria ter que dispor do CT e dos apartamentos, a qualquer momento, se houvesse uma ação ajuizada. Ainda mais, se outra instituição privada quisesse encampar o MMEC, seria necessário um CT e percebeu no olhar de Henrique Stort qual era a intenção dele em resolver a questão envolvendo o MMEC. “Por mim, a ação teria sido ajuizada já na semana passada. Inadmissível que chegue alguém de fora e queira se apossar do patrimônio do MMEC!” – prontificou-se o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Em seguida, para finalizar, teceu agradecimentos à Senhora Cleonice da Silva Choqueta, moradora do Parque do Estado II. O Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para saudar os presentes e dizer que estava indignado e chateado com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ausência do atleta Rivaldo à reunião agendada na semana passada. Para ele, o atleta deveria, no mínimo, respeitar os torcedores e os cidadãos mogimirianos, e que ele tinha que dar uma satisfação à Câmara Municipal. Em seguida, falou que havia um Vereador que muito falava e criticava o Zerão e o desafiou a dizer se algum Deputado do partido dele já havia destinado algum centavo para aplicar naquela área de lazer. O Vereador Laércio Rocha Pires disse que iria refutar com documentos a fala desse Vereador, já que trouxe provas de que foi o Deputado Arnaldo Jardim quem havia conseguido a liberação da verba de R\$ 3.007.222,30 para o desassoreamento e revitalização das lagoas do Complexo Lavapés. Aliás, o citado Deputado estava hoje na cidade de Mogi Mirim, no diretório da rua João Soares de Camargo, discutindo temas importantes com seus partidários. Inclusive, a sua documentação demonstrava o número da conta 43.153-2, no Banco do Brasil S.A. agência Mogi Mirim, sob o nome Prefeitura Mogi Mirim – FID – Fundo de Interesses Difusos, sendo que 50% já estavam depositados, a saber, R\$ 1.469.695,75, desde 2 de julho de 2014. Tal verba tinha 3 metas de desembolso financeiro: serviço de desassoreamento de 115 metros lineares, ou 1.500 m²; Lagoa I ou 2.000 m²; Lagoa II ou 3.000 m² e transporte do material retirado do fundo das lagoas, 11.000 m³ de solo brejoso à distância de 10 a 15 km do local da obra. O Vereador Laércio Rocha Pires disse: “É fácil falar mentiras, como esse Vereador que usou da tribuna na semana passada. Eu mostro as provas, Sr. Presidente, peço que archive na Câmara para consulta. Foi o Deputado Arnaldo Jardim quem conseguiu os R\$ 3 milhões para serem utilizados no complexo Lavapés, além de R\$ 300 mil e R\$ 800 mil para a cobertura da quadra de esportes e do campo do Jardim Planalto. Comunicou que virá a verba de R\$ 300 mil para as UBSs da cidade, via Roberto Freire, como pode comprovar com os documentos correlatos. Além disso, o Deputado Arnaldo Jardim enviou R\$ 60 mil para o Conselho Tutelar, o Deputado David Zaia enviou R\$ 60 mil para a Casa de Santo Antônio e tudo poderia ser comprovado. Posto isto, encerrou a sua participação. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros desistiu de discursar. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores, parabenizou a torcida do MMEC, que estava defendendo o clube e merecia o apoio das autoridades. Lembrou que quando começou a trabalhar em farmácia, começou na Farmácia Popular, abaixo do Banco do Brasil e os jogadores se reuniam aos domingos defronte a Farmácia para ir em caravana para o jogo daquele domingo. Então, desde aquela época, acompanhou a luta dos dirigentes, em especial Wilson Barros, e poderia ser dada mais uma oportunidade para que Rivaldo viesse à Casa, em dia e hora que fossem convenientes a ele, desde que respeitasse um período de tempo. Em seguida, citou os dirigentes da Associação Vila Dias e tinha o prazer de patrocinar o time de futebol amador, e o time só não foi campeão porque perdeu nos pênaltis. Então, comunicou que logo mais seriam votados projetos que contemplavam as associações de vários bairros, para custear os times de futebol amador e campos bem cuidados para enaltecer o esporte amador da cidade, especialmente o da zona leste, sua área de atuação. Por fim, louvou a iniciativa do Prefeito em cumprir mais esta promessa de campanha. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 19h40, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da Sessão, suspendendo-a por dez minutos, para cumprir o avençado com os nobres pares e receber em plenário o cidadão Maurício Gusmão. A sessão foi reaberta às 20h10 e o Presidente deu início à parte dos trabalhos reservada à "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 84, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica à Associação Esportiva Vila Dias, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. (Posto a votos pelo processo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 84, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 2. Projeto de Lei nº 85, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica a Associação dos Amigos do Bairro do Tucura e Santa Luzia, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 85, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 3. Projeto de Lei nº 86, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica a Associação Comunitária do Jardim Maria Beatriz e Adjacências - Acojamba, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 86, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 4. Projeto de Lei nº 87, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica ao Clube Esportivo Amigos do Bairro Santa Cruz, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna para falar sobre os quatro itens da pauta: Vila Dias, Tucura, Santa Cruz e Maria Beatriz, e parabenizou todas as entidades que lutam e trabalham em prol do futebol da cidade. Os componentes cuidavam para o bem do futebol nos finais de semana e o Prefeito reconheceu o ótimo trabalho desses líderes de times de futebol. Em seguida, estendeu os parabéns a todas as torcidas de times de futebol amador da cidade. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 87, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 5. Projeto de Lei nº 88, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sobre alteração da Lei Municipal nº 5.493/13 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.” Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 88, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 6. Projeto de Lei nº 89, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre desafetação de imóvel que especifica destinado para equipamento comunitário do Loteamento denominado “Jardim Hélio Cruz” de propriedade do Município de Mogi Mirim. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 89, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2014, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor Doutor Caio Hermann”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação). Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2014, do Vereador Laércio Rocha Pires); (ao Presidente da Câmara, para promulgação do competente Decreto Legislativo, como determina o art. 194, IV do Regimento Interno). **“ex-vi” do disposto no § 2º, I do Artigo 171 do Regimento Interno;** 8. REQUERIMENTO Nº 446, de 2014, subscrito pela Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira “requerendo a suspensão do processo administrativo que tem como objeto a locação de imóvel para a instalação de novas dependências da Câmara de Vereadores de Mogi Mirim”. Para discussão a pedido do Vereador Waldemar Marcurio Filho, o qual foi à tribuna para explicar que solicitou tal discussão porque, desde que iniciou o seu mandato, pode ver que não tinha privacidade nenhuma entre os Vereadores. Assim, disse que a suspensão da locação não é viável, embora o valor de R\$ 40 mil fosse inaceitável. Para contornar o imbróglio, solicitou a contratação de um perito imobiliário para decidir o real valor de locação de imóveis que poderiam ser locados pela Casa. Desta forma, ele, Vereador Waldemar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Marcurio Filho apontaria a solução para o problema da falta de espaço e de privacidade para os Vereadores atenderem os munícipes. Assim, concitou os nobres pares a votarem contrariamente ao item em tela. A autora do Requerimento, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, foi à tribuna para explicar que a sua preocupação consistia no fato de os 17 Vereadores poderiam pagar por alguma coisa mal programada ou planejada. Em segundo lugar, havia uma lei aprovada pelos Vereadores que autorizava a reforma do prédio, que estava no esquecimento de todos. “O Prefeito desmereceu a Casa, colocando os votos dos Vereadores no chão; não teve a hombridade de aparecer na Casa para se explicar.” – disse a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Ainda mais, ela solicitou que a Mesa da Câmara compartilhasse os assuntos com os Vereadores, conforme estipulava a LOM e que a Mesa não era soberana para contratar a locação. Por fim, o Vereador Waldemar Marcurio Filho solicitou que soluções fossem apontadas e ela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, disse que em outras gestões foram apresentados projetos de reformas de continuidade do pavimento, sobre o estacionamento, aumentando a área útil da Câmara Municipal, conforme projeto contratado. Se antes não foi feita a obra por falta de dinheiro, agora a Casa possuía dinheiro, bastando chamar os responsáveis. “Nosso plenário é referência na região não podemos deixar a Câmara fechada. E também não discutimos esse assunto entre nós, Vereadores.” – finalizou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. O Presidente explicou que a revogação da lei cabia à Câmara e ele, como Presidente, estava viabilizando isso. O Vereador Laércio Rocha Pires foi à Casa para justificar que os assessores ficavam constrangidos pela falta de privacidade e os Vereadores não tinham espaço para trabalhar e atender os Munícipes. Ainda mais, as instalações elétricas estavam precárias e isso demandaria muito dinheiro para troca ou reforma. Assim, ressaltou o papel do processo licitatório e solicitou viabilidade para a locação do prédio, desde que dentro do preço condizente. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni foi à tribuna para dizer que era contrário à “suspensão” e soube que seria em definitivo. Para ele, deveria ser analisado o edital e declarou não ser contra o aluguel de um imóvel, mas contra ao pagamento de valores absurdos e também contra



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a contratação de perito imobiliário para analisar um imóvel. Para ele, o Edital deveria ser refeito, em outros moldes, e não havia necessidade de ser no centro da cidade. Enfim, deveria haver um bom negócio para o Município e a Câmara deveria refazer o edital licitatório. O Presidente esclareceu que não via a necessidade de refazer o edital e dava autonomia para a Mesa decidir contrária ou negativamente, total ou parcialmente, à locação. Por fim, disse que o pedido de perito feito pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho era bem-vindo. Em seguida, o Vereador Luís Roberto Tavares disse que votará favoravelmente ao Requerimento de autoria da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, embora fazendo parte da Mesa da Câmara. Disse ser a favor da reforma do prédio, conforme lei aprovada, e também a favor da ampliação, e que poderia ser locado um imóvel fora do centro da cidade, se fosse o caso. Em seguida, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio disse ter observado a discussão e entendia que o papel do Presidente era difícil em gerir as reclamações dos Vereadores em busca de espaço e privacidade. Porém, disse ele que o Presidente deveria tomar cautela, porque o único imóvel que preenchia os requisitos não significava direcionamento da licitação, mas apenas um prédio cumpria os itens. Logicamente, se apenas um proprietário tinha o prédio, ele iria colocar o preço que bem desejava. Então, lembrou que existia projeto para ampliar o prédio, desde à Presidência da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Assim, com a verba da própria Câmara, a reforma e ampliação poderia ser aplicada, já que havia lei autorizativa para tal. “Acho complicado, a partir do momento que não se tem opção! Corre-se o risco de algo superfaturado e legalizado.” – constatou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, avisando que uma lei pode ser revogada a qualquer momento, e não pegou bem o pagamento de alto custo do aluguel. Por fim, disse que era a favor de uma suspensão provisória do assunto e que a Mesa deveria ter reunidos os Vereadores para discutir o tema. “A gente fica como trapo em boca de vaca: se puxar, rasga, de empurrar, engole.” – finalizou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Em seguida, discursou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, que lembrou ter comentado na sessão passada que ela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira e Vereador Luiz Antônio Guarnieri estiveram na Unidade de Mogi Guaçu do Tribunal de Contas da União,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e protocolaram na última sexta-feira o pedido de análise do Edital. O Ministério Público também tinha a ciência de tudo e concitou os Vereadores a aguardar a posição das duas instituições sobre o direcionamento ou não do único prédio espelhado do centro da cidade. Em seguida, disse que, ao aprovar o projeto PPP, o Prefeito registrou que gostaria de fazer uma sede administrativa para o Executivo e, portanto, nada mais justo que o Legislativo se utilizasse das dependências da Prefeitura. “Que fiquemos mais algum tempo incomodados, mas que se reforme a parte inferior do prédio, local de acordo para receber a população de Mogi Mirim. Soube que havia um prédio da Praça Rui Barbosa a ser vendido – massa falida, por R\$ 700 mil, ou seja, um ano e dois meses de aluguel do prédio espelhado, equivalente a R\$ 40 mil mensais. A população vai nos cobrar, porque o cofre é um só. Temos a responsabilidade, sim, principalmente a Mesa. Soube que só o Presidente é favorável a esse negócio, porque já conheço a posição contrária dos Vereadores Vereador Luís Roberto Tavares e Vereador João Antônio Pires Gonçalves.” – finalizou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri lembrou um ditado italiano que dizia: “*Quando as coisas vão mal, pare e pense.*” Disse que a intenção era boa, mas ficava evidente a forma de condução do processo, que gerava discussão e crítica. “Então, por que não parar e pensar?” – cogitou o orador. Talvez não fosse ideal a suspensão permanente, mas desejou que houvesse um período de 60 dias para discutir o assunto com engenheiros e arquitetos o problema que já se arrastava por um ano. Concordava com as palavras do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio sobre a oferta baixa e a procura alta, o que gerava aumento do preço. Assim, ponderou que outras legislaturas trabalharam bem na Câmara e o processo de locação deveria ser feito e o Vereador Benedito José do Couto, como Presidente, deveria pensar bem. “Daqui a um tempo, o Prefeito estará curtindo praia em Miami e o Presidente Vereador Benedito José do Couto estará pagando pelo erro.” – avisou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que disse ser a favor da conciliação e do bom senso e, principalmente, pelo custo honesto. O Presidente, de sua cadeira, teceu suas considerações, argumentando que era lamentável que os Vereadores falassem como se tudo já tivesse acontecido. Disse ainda que alguns não liam o que estava escrito no Edital, que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

preparado pelo Procurador Jurídico, com parecer do Tribunal de Contas da União e do Ministério do Trabalho, modalidade preferida dos bancos e outras grandes instituições brasileiras e internacionais. Justificou o Presidente que apareceram apenas dois imóveis, e não por culpa da Mesa, e comprometeu-se a não dar a sua cabeça a preço, para pagar o erro. Por fim, disse entender a preocupação dos Vereadores em atender bem os eleitores e munícipes, mas pediu que todos os Vereadores lessem o edital, a exemplo do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que leu e sabia o que estava falando. “Não estamos inventando, estamos seguindo a modalidade mais usada nos EUA e no Brasil: o aluguel por encomenda, por dispensa de licitação. Fizemos tudo pela transparência e estamos apurando mais informações e mais ideias, para fazer o melhor e mais bem feito.” – tranquilizou o Vereador Benedito José do Couto. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos foi à tribuna para dizer que era favorável à suspensão provisória e a situação estava difícil. Disse concordar pelo gasto com bom senso e concordava que a Mesa decidisse o caso, mas gostaria de saber qual seria o valor aceitável pela Mesa para locação, para se ter uma noção do valor justo. Em resposta, o Vereador Benedito José do Couto disse que não era perito imobiliário e não iria falar bobagens. Salientou que poderia ser possível que o dono do imóvel não havia lido o edital, ou havia jogado o alto preço, propositadamente. Informou que havia quatro envelopes para se apurar o preço médio do aluguel e que, nesse momento, não havia como dar a resposta ao Vereador Daniel Gasparini dos Santos. Para exemplificar, citou a importância de R\$ 15 mil como um preço condizente e a Mesa iria decidir, para dar uma boa condição de trabalho aos Vereadores: espaço e ferramenta de trabalho, para que os agentes políticos pudessem ser cobrados em seus feitos. Em seguida, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa, que disse que gostaria de analisar todos os fatos para poder concluir seu pensamento, como representante de uma esfera da cidade. Disse que realmente corria-se o risco de uma pane elétrica no prédio atual, sem contar a falta de alvará, bem como a falta de acessibilidade, sem piso direcional para deficiente visual. Então, disse julgar interessante o requerimento do Vereador Daniel Gasparini dos Santos pela suspensão temporária e decisão conjunta pelos Vereadores, mas era contra a suspensão definitiva, porque as condições não eram boas. “Estou trabalhando na minha casa,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

usando o meu telefone.” – frisou a Vereadora Dayane Amaro Costa. O Presidente disse que a discussão estava tranquila e a situação estava sendo bem conduzida e nada estava sendo resolvido a toque de caixa. “O assunto caiu no meu colo e tenho que resolver o melhor para a Câmara.” - finalizou o Vereador Benedito José do Couto. (Posto a votos, a Casa rejeitou por nove votos contrários e oito votos favoráveis Requerimento nº 446, de 2013, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, em Turno Único; o Presidente votou, por determinação do art. 20, III; (arquite-se). **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 9. Projeto de Lei nº 81, de 2014, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa “instituinto o Dia do Biomédico no Município de Mogi Mirim a ser comemorado no dia 20 de Novembro”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 81, de 2014, da Vereadora Dayane Amaro Costa, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 10. Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “alterando dispositivos da Lei Complementar nº 267/13, que dispõe sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos em comissão da Prefeitura de Mogi Mirim”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2014, do Senhor Prefeito, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 11. Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre o Plano de Incentivos a Projetos Habitacionais Populares, vinculado ao Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2014, do Senhor Prefeito, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

(Regimento Interno vigente). A primeira oradora inscrita, Vereadora Dayane Amaro Costa, saudou os presentes e citou sobre o assunto tratado pelo Vereador Luís Roberto Tavares, relativo ao incêndio da sexta-feira, e julgou como heróis os Bombeiros, que atuaram na área Estadual, arrebatando o cadeado e os profissionais não mediram esforços para salvar a mata; isso merecerá uma moção de congratulações e aplausos conjunta dos Vereadores. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio desistiu de falar. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para complementar a moção de autoria da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, sobre o falecimento da assistente social da Casa da Criança, Anamaria Brito Franco, com quem teve a honra de trabalhar, desde que chegou à cidade. Profissional simples, que acompanhava tudo com cuidado e zelo, nas três esferas, e que buscava a reestruturação da assistência social, servindo de elo entre a Prefeitura e as entidades. “A área da assistência social está de luto pela perda dessa grande profissional: Anamaria Brito Franco.” – finalizou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Os Vereadores Administrador Leonardo David Zaniboni, Daniel Gasparini dos Santos e Professor Cinoê Duzo desistiram de falar. O Vereador Luís Roberto Tavares parabenizou as associações futebolísticas da cidade e, em nome da Vila Dias, agradeceu o esforço e a imparcialidade do Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, junto à associação da Vila Dias e citou o nome dos profissionais envolvidos naquela entidade – Paulinho, César Mota, Flávio, Kátia, Siqueirinha, Ceará - bem como os torcedores presentes, que mereciam o reconhecimento da luta intensa, que durava anos. Em seguida, disse ter estado na Jornada da Juventude, no Rio de Janeiro, e conheceu um paulista que abandonou a família no interior e foi ao Rio de Janeiro para um trabalho de divulgação nos muros e pontes da cidade, com a inscrição “Gentileza gera Gentileza”. Ele se chama Profeta Gentileza, e foi o motivo de uma música de Marisa Monte que contava a saga de sua vida. Entretanto, pode conhecê-lo pessoalmente e havia camisetas, propagandas e objetos com a inscrição “Gentileza gera gentileza” e ele deveria ser reconhecido pela Câmara de Mogi Mirim. Assim, iria protocolar projeto de lei na Câmara e solicitou o apoio de todos para homenagear pessoas que tinham um belo trabalho e, de antemão, solicitou o apoio dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadores para o seu projeto “Muros que Evangelizam”. Por fim, disse que iria falar a verdade sobre o Fundo de Interesses Difusos – Fid, porque o projeto Nias iria receber R\$ 3 milhões para melhorias, sem que o Município tivesse que gastar nenhum real. O Deputado Cauê Macris fez a indicação para tal verba e isso deveria ser citado, mas na conclusão do projeto a Senhora Beatriz Gualda incluiu dois projetos voltados ao Zerão, com verba Estadual, da Secretaria de Defesa da Cidadania. Assim, não era correto dizer que Cauê Macris trouxe essa verba para a cidade, mas ele fez a indicação para que o Município pudesse receber a verba. Feita a explicação, o Vereador Luís Roberto Tavares encerrou o seu pronunciamento. Os Vereadores Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, Luiz Antônio Guarnieri e João Antônio Pires Gonçalves desistiram de falar. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer que era a favor da contratação de um perito imobiliário para apurar os dados financeiros da locação do imóvel para uso da Câmara, e que fez o pedido por escrito, o qual foi votado na sessão em curso. Também concordava que o valor de R\$ 40 mil era muito alto e, por tal razão, solicitou a contratação de perito imobiliário. O Vereador Laércio Rocha Pires disse que o Vereador Luís Roberto Tavares estava completamente equivocado no tocante à verba de R\$ 3 milhões para o Complexo Lavapés e, segundo a Secretária, os dados eram outros e a secretária Beatriz Gualda deveria ser convocada para explicar o que o Vereador Luís Roberto Tavares havia lhe pedido. Destacou que o Deputado Arnaldo Jardim havia conseguido a verba de R\$ 3 milhões para desassoreamento do lago Lavapés, e iria trazer a Secretária para ratificar sua fala, conforme comprovantes que iria divulgar hoje. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros desistiu de discursar. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos foi à tribuna para dar os parabéns aos profissionais do futebol amador da Vila Dias pelo trabalho social. Estendeu os cumprimentos ao Secretário Dirceu Paulino. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre os projetos aprovados na noite de hoje,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

especialmente o time de futebol da zona leste, patrocinado pela sua farmácia. Em seguida, explicou que o Deputado Chico Sardelli concedeu verba para reforma total e academia ao ar livre na Praça Chico Mendes. O Secretário disse que faltava a licitação para também colocar a iluminação de Led e aparelhos para a academia, devolvendo o espaço para as famílias utilizarem, com câmara de fiscalização na praça, nas imediações e nas escolas, monitorando as reformas e a boa utilização dos próprios públicos. Em seguida, o Vereador Benedito José do Couto concordou com o Vereador Laércio Rocha Pires no tocante à verba de R\$ 3 milhões, conseguida pelo Deputado Arnaldo Jardim, porque soube da própria Secretária Beatriz Gualda a confirmação de tal verba que contemplava melhorias para o zêrão. Declarou estar unido ao Vereador Laércio Rocha Pires, mesmo sendo do Partido Verde, porque, a seu ver, era necessária a união, e louvou o trabalho atuante do Deputado Arnaldo Jardim para o Município. Como ele estava na sessão, enviou o seu assessor técnico Clodomar Tavares para que fosse dar um abraço, em seu nome, no Deputado Arnaldo Jardim. O Senhor Presidente determinou fosse guardado um respeitoso minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores ANAMARIA BRITO FRANCO e WALDEMIR APARECIDO MARTINS. Cumprida dita providência e como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h30 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A